

Nikolas Rose, *A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI*. São Paulo, Paulus, 2013. 396 pp.

Maria Caraméz Carlotto

Doutoranda de sociologia na Faculdade de Filosofia,  
Letras e Ciências Humanas – FFLCH-USP.

A leitura atenta do livro de Nikolas Rose, *A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI*, é uma experiência vertiginosa tanto para os leitores que buscam apenas compreender melhor as mudanças associadas ao desenvolvimento atual das ciências da vida quanto para aqueles que, com uma perspectiva mais especializada, nela encontram uma importante referência para o estudo sociológico da ciência, da técnica e da *expertise* nas sociedades contemporâneas. Isso porque a sensação de vertigem causada pelo livro – que se intensifica à medida que a leitura avança da análise geral contida na primeira parte para o detalhamento de casos específicos que marca a segunda – não se deve apenas à radicalidade das transformações sociais que ele permite ver e antever, mas, sobretudo, à forma desconcertante com que prescinde da perspectiva crítica que a filosofia e as ciências humanas tradicionalmente mobilizam para pensar o desenvolvimento das chamadas “ciências da vida” e de suas implicações sociais e subjetivas.

Com efeito, o livro de Rose – publicado originalmente pela Princeton University Press em 2007 e lançado no Brasil pela editora Paulus em 2013<sup>1</sup> – se distingue por realizar uma análise fortemente descritiva das mudanças que, contemporaneamente, resultam do desenvolvimento das biociências. Para tanto, o autor procura abandonar o conjunto de pressupostos críticos que, de Leon Kass (2002) a Jürgen Habermas (2003), passando por Francis Fukuyama (2002) e grande parte da bioética recente, marca a abordagem crítica desses processos, tanto no campo da filosofia quanto no da sociologia e da teoria social (p. 15). O ponto que estrutura essa tradição, segundo o próprio autor, é o “princípio da inviolabilidade da natureza humana”, que, postulando a sacralidade da

vida, especialmente na sua expressão humana, estabelece de antemão os limites eticamente aceitáveis para a ação e a intervenção da ciência e da tecnologia no âmbito “da vida” (pp. 15 e ss.).

Ao problematizar os conceitos centrais dessa equação ético-filosófica, a saber, as noções mesmas de ética, de política, de natureza, de humanidade e de vida, situando-as historicamente por operações de genealogia conceitual, a análise de Nikolas Rose abre uma senda surpreendente para a sociologia crítica da ciência, entendida em sentido amplo como o conjunto de abordagens que, independentemente da filiação teórica, busca preservar o seu potencial analítico sem prescindir de alguma forma de normatividade. Esta análise – demonstrando de forma consistente que não é mais possível partir de um conceito positivo de vida ou de natureza humana para circunscrever limites éticos das biociências nas suas diferentes expressões, haja vista o seu caráter histórico e contingente, – sugere a necessidade de um deslocamento radical nos termos em que a discussão ético-política é posta. Em outras palavras, a leitura nos convence da importância de se transitar do padrão atual, em que as normas e os limites da ciência são predominantemente estabelecidos por *experts* em bioética – investidos de um poder crescente pelo fortalecimento dos códigos, dos comitês e das comissões de ética –, para um novo modelo de normatização, em que o funcionamento da ciência, assim como a definição dos seus limites, seja discutido e definido *politicamente* por meio de processos sociais amplos e democráticos de discussão e deliberação.

Essa transição de um padrão de normatização *ética* para um modelo de normatização *política* da ciência e da tecnologia é, no entanto, apenas sugerida, mas não desenvolvida ao longo do livro. Em grande medida, isso ocorre porque Rose opta por eludir a discussão sobre como as ciências sociais podem (r)estabelecer um olhar crítico sobre a ciência e a tecnologia sem recair em julgamentos éticos, estes calcados em dicotomias que a própria análise social mostrou serem problemáticas – como as que opõem, de modo estaque, as noções de natureza e cultura, de real e artificial, de normal

e patológico, de humano e não humano. Em vez de enfrentar esse desafio teórico e prático, o autor escolhe construir uma abordagem “puramente descritiva” e, por isso mesmo, pretensamente isenta de toda e qualquer forma de normatividade.

É interessante observar, porém, que Rose é o primeiro a reconhecer que a tentativa de ir “para além da crítica social” (p. 65) com um olhar livre de pressupostos críticos constitui um ponto cego do seu trabalho. Não por outro motivo, portanto, retorna incessantemente a essa questão, discutindo e rediscutindo as consequências da adoção de uma perspectiva deliberadamente acrítica para o seu trabalho. De modo geral, ele procura justificar ao longo do livro sua opção pela abordagem descritiva alegando que ela, e somente ela, possibilitaria construir uma alternativa consistente “ao pessimismo da maioria dos críticos sociológicos, os quais sugerem que estamos diante do surgimento de um novo determinismo biológico e genético” (p. 21). No entanto, ele assume que essa justificativa não é suficiente e, na conclusão da obra, dá um passo atrás e reconhece as potenciais limitações dessa opção (neopositivista?). “Os ensaios neste livro simplesmente tentaram dar início a essa tarefa [de estabelecer um conteúdo para a ética social prática]. Entre as muitas críticas que podem ser feitas está, sem dúvida, a ausência das tropas familiares da crítica social. [...] Há, pode-se dizer, demasiada descrição, pouca análise, pouca crítica. Onde tantos julgam, porém, eu tentei evitar o julgamento, buscando simplesmente esboçar uma cartografia preliminar de uma forma emergente de vida e dos possíveis futuros que ela incorpora. E ao fazer isso, ao não julgar, espero ajudar a tornar um julgamento possível” (pp. 357-358).

Se o próprio autor escolheu encerrar o seu livro refletindo sobre o lugar da crítica no seu trabalho, não é difícil concluir que ela é uma boa chave de leitura. Isso, em grande medida, pela já mencionada vertigem causada pela “mera descrição” de processos perturbadores, como o desenvolvimento de estratégias biológicas de controle e melhoramento populacional a partir da restauração do conceito de “raça na era da medicina genômica” (pp. 221

e ss.), a crescente medicalização de crianças e mulheres a partir do desenvolvimento da psiquiatria biológica, da psicofarmacologia e da neuroquímica (pp. 292 e ss.) ou, ainda, a iminente expansão de políticas de controle da criminalidade através do desenvolvimento de uma “genética do crime”, que busca identificar “os processos biológicos, os marcadores genéticos e os fatores de risco para a conduta agressiva e antissocial e desenvolver técnicas para identificar os indivíduos que oferecem risco” (pp. 336 e ss.). Porém, mais interessante do que simplesmente condenar a opção de Rose por operar uma análise meramente descritiva de expansão de uma concepção biológica e biologizante do ser humano, abandonando assim a possibilidade de repensar o potencial crítico da teoria social, é tentar mostrar por meio das próprias ferramentas analíticas que ele propõe como essa opção pode ser compreendida sociologicamente. Em suma, é mobilizar Nikolas Rose para pensar Nikolas Rose e os limites e as potencialidades da análise proposta por ele.

Nesse sentido, é importante notar que *A política da própria vida* ocupa um lugar bastante particular na trajetória do autor<sup>2</sup>. Apesar de ser integrante do Departamento de Sociologia mais antigo da Inglaterra e um dos mais tradicionais do mundo<sup>3</sup>, Rose não é sociólogo de formação. Na verdade, ele iniciou sua trajetória acadêmica na década de 1960 justamente no campo da biologia genética, dedicando-se ao clássico estudo de populações de drosófilas, sob orientação do proeminente evolucionista John Maynard Smith, ligado à Universidade de Sussex (cf. Rose, 2010, p. 305). Depois de se dedicar por mais de dois anos à biologia evolutiva, Rose – talvez influenciado pelo ambiente político e cultural da época – abandonou esse campo disciplinar por considerar, segundo ele mesmo, a perspectiva biológica sobre os seres humanos muito insuficiente, em especial quando comparada à psicologia, que pretendia estudar o comportamento humano no plano individual, e ao marxismo, que buscava analisá-lo no âmbito coletivo (*Idem*, p. 305).

Foi precisamente essa ruptura epistemológica com o paradigma biológico e o seu determinismo implícito

que levou o autor, primeiro, ao campo da psicologia, no qual realizou seus estudos de graduação, e, mais tarde, a trilhas foucaultianas, ao campo da sociologia histórica em que desenvolveu grande parte da sua trajetória acadêmica. Tornou-se então um dos principais responsáveis pela expansão dos chamados “estudos da governamentalidade” (cf. Rose, 1989; Rose, O’Malley e Valverde, 2006), assumindo, com a pretensão de realizar uma “história do presente”, o pressuposto de que “para entender como as sociedades contemporâneas [são] governadas, e mesmo como sociedades de épocas anteriores eram governadas, [é preciso] levar em consideração as microtecnologias humanas decorrentes de formas de *expertise*” (Rose, 2010, p. 303).

O problema da “governamentalidade” – que busca explicar como o conhecimento especializado e as formas de intervenção técnica dele derivado são constitutivos do mundo social – é essencial na obra de Rose. Assim, apesar de *A política da própria vida* refletir um esforço do autor para se descolar desse campo de estudos<sup>4</sup>, em grande medida é esta a questão que atravessa quase que integralmente o livro, cujo objetivo, em última instância, é analisar como as biociências, em suas diferentes expressões, mas em particular na biomedicina, constituem formas contemporâneas de *expertise* responsáveis pela redefinição do exercício do poder nas “sociedades liberais avançadas”<sup>5</sup> e das formas de subjetivação nelas predominantes.

No entanto, a continuidade do tema não pode obliterar a inflexão da trajetória de Rose que, ao decidir analisar as biociências contemporâneas, parece iniciar uma espécie de “caminho de volta”. Assim, se originalmente o seu percurso acadêmico seguiu da biologia à psicologia para chegar, por fim, à sociologia histórica por meio dos estudos da governamentalidade, *A política da própria vida* reflete o caminho inverso: partindo da insuficiência dos estudos contemporâneos sobre o problema do governo, Rose se propôs a desbravar novos terrenos de investigação capazes de iluminar o processo de constituição de subjetividades, chegando à genealogia da psiquiatria contemporânea, à restauração

da psiquiatria biológica e, por fim, às “transformações nas ciências da vida e na biomedicina e como elas estavam modificando a maneira como entendíamos seres vivos” (*Idem*, p. 305).

*A política da própria vida* é, portanto, resultado desse recente processo de inflexão, e a sua constituição interna reflete, para o bem e para o mal, esse caráter de ruptura em andamento. Nesse sentido, o livro se divide implicitamente em duas partes bem distintas. A primeira, formada pelos três primeiros capítulos, inéditos, tem pretensão mais teórica, pretende analisar de modo sistemático as mudanças inerentes ao desenvolvimento da biomedicina e mostra como elas impactam tanto as “concepções de vida” quanto a “política vital”. A segunda parte, de inspiração marcadamente empírica, reúne os cinco capítulos seguintes que, como versões modificadas de artigos já publicados, alguns em coautoria<sup>6</sup>, refletem um esforço não acabado de desbravamento de novos terrenos para a investigação empírica.

Os três primeiros capítulos, que são o núcleo duro do livro, buscam construir um modelo para descrever a trajetória contemporânea das biociências e os efeitos da sua transformação nos planos cognitivo, social, político e subjetivo. Para tanto, o autor realiza um “mapeamento do presente” que dá conta essencialmente das cinco mutações, pressupostas no desenvolvimento contemporâneo das biociências, e de suas formas específicas de poder e de subjetivação. Da maneira como são apresentadas, essas cinco mutações pretendem conferir um caráter sistemático às análises empíricas trabalhadas na segunda parte do livro, não por acaso mencionadas reiteradamente na primeira parte, como exemplos empíricos e estudos de caso.

Começando pelo fim, a quinta e última das mutações apresentadas por Rose (p. 53) refere-se à emergência de uma “nova economia política da vida”, ancorada na criação de um biomercado e na atuação de fundos financeiros atraídos pelo potencial econômico de comercialização de tratamentos e produtos vitais. Desde o início, Rose acerta o tom ao mostrar como as novidades associadas ao surgimento desse novo “mercado da vida”

precisam ser analisadas com cautela (pp. 52 e ss.). Em primeiro lugar, porque o alcance da biomedicina continua limitado por profundas fronteiras sociais e econômicas, de modo que, ainda hoje, apenas “uma diminuta proporção de recursos biomédicos é direcionada para os problemas de saúde da maioria da população” (p. 13). Os dados apresentados são chocantes: atualmente, 90% dos gastos mundiais em saúde são direcionados para apenas 10% das doenças, que formam o núcleo da biomedicina tecnológica contemporânea. As demais enfermidades, atualmente ditas “negligenciadas”, atingem a maioria da população mundial que vive em contextos de pobreza. Essas doenças pressupõem formas tradicionais de intervenção médica, como atendimento básico, prevenção e saneamento, mas seguem excluídas desse circuito econômico, recebendo apenas os 10% restantes do total de investimento (p. 13)<sup>7</sup>.

Ao mesmo tempo, o autor recomenda cautela diante da “novidade” do biomercado, porque, historicamente, a utilização econômica da vida e de suas potencialidades é constitutiva da sociabilidade humana, como o provam a centralidade da domesticação de animais e plantas para a organização social (p. 54). Outro tiro certo do autor é mostrar como o apelo à novidade, à ruptura e à inovação da bioeconomia é parte da estratégia publicitária desse mercado. O apelo à cautela não impede, no entanto, que Rose reconheça a importância das mudanças implícitas na constituição de um “novo espaço para o pensamento e a ação”, chamado justamente “bioeconomia” ou “biomercado”. À medida que destaca o papel dos levantamentos estatísticos, das regulamentações governamentais e das políticas públicas e privadas de incentivo à biotecnologia na constituição dessa nova economia (pp. 55-56), ele mobiliza os *insights* mais essenciais da sociologia econômica de inspiração construtivista – que enfatiza o papel dos arranjos sociais na constituição dos mercados. “Hoje em dia, uma pletora de documentos e de estatísticas mapeia bioeconomia emergente, alguns com o fito de torná-la maleável ao cálculo e à exploração, outros buscando abri-la a uma variedade de programas de regulação e de

governo. Tais projetos de mapeamento incorporaram uma longa tradição de verter em estatísticas a saúde, a doença e a medicina, e a documentação dos custos do sistema de saúde. Os números que proliferam no que diz respeito à biotecnologia [...] constituem a bioeconomia através dos caminhos pelos quais eles inscrevem-na na dócil forma suscetível de ser pensada, discutida, analisada, diagnosticada e deliberada” (p. 56).

Mas não são apenas os arranjos sociais que desempenham um papel na transformação das biociências, através da criação de biomercado(s). Igualmente importante é a atuação de novos atores sociais, que passam a definir uma outra mutação, descrita no livro como “o surgimento dos peritos da vida em si mesma”. Em síntese, o autor procura mostrar como a biociência, ao ir além do binômio doença/cura que caracterizava a medicina tradicional, pressupõe a atuação de novos especialistas, responsáveis pela disseminação dos processos de aprimoramento do corpo – pensado não mais como unidade sacralizada, mas como um conjunto de processos vitais totalmente abertos à intervenção. São esses novos *experts* em terapias e diagnósticos somáticos e psicológicos – ou seja, os novos profissionais da saúde – que vão redefinir os poderes pastorais para além da atuação do Estado (pp. 48 e ss.).

O advento da bioeconomia e a atuação dos peritos da vida em si nesse novo espaço social potencializam uma outra mutação essencial analisada por Rose, que se refere justamente às novas formas de subjetivação, associadas ao surgimento de “cidadanias biológicas” e novas experiências de “biosociabilidade” (pp. 40 e ss.). Em suma, trata-se do processo social pelo qual os indivíduos passam a compreender a si mesmos como “seres biológicos”, portadores de direitos, deveres e formas de interação e associação nesse plano específico.

Entre os direitos biológicos fundamentais que passam a ser reivindicados, está o de intervir livremente no próprio corpo tendo em vista “o replanejamento biológico da vitalidade” (p. 31). É esse processo que permite entender uma quarta mutação: o desenvolvimento de tecnologias de otimização da vitalidade, as quais “não buscam apenas curar dano orgânico

ou doença, nem incrementar a saúde, tal como em regimes dietéticos e de boa saúde física, mas mudar o que deve ser um organismo biológico possibilitando calcular novamente – ou esperando poder recalcular – os próprios processos vitais, a fim de maximizar seu funcionamento e incrementar seus resultados” (p. 34). Ou seja, o que está em jogo no aparecimento dessas novas tecnologias de otimização é o controle absoluto sobre os processos vitais do corpo e da mente. Estes se abrem definitivamente a processos de intervenção, modificação e escolha, o que faz com que a natureza biológica deixe de ser pensada como destino.

Em conjunto, essas quatro mutações apresentadas por Rose já definem um novo contexto social para o exercício da medicina e do biopoder – questão pressuposta em toda a análise do autor. No entanto, elas se tornam plenamente compreensíveis em sua radicalidade à luz da primeira dessas mutações, que ocorre no plano cognitivo e envolve uma nova concepção do que é e de como se organiza a vida em si mesma. A emergência dessa nova concepção de vida – que Rose descreve como “molecular” – não só confere sentido a toda a análise contida no livro como também permite compreender melhor a própria opção do autor por retornar à questão da concepção biológica de vida, com a qual rompeu no começo da sua trajetória acadêmica.

Na chave dessa nova concepção, cuja raiz remonta às pesquisas genéticas dos anos de 1960, “a vida agora é compreendida e influenciada, no nível molecular, em termos de propriedades funcionais de codificação de bases nucleotídicas e suas variações” (p. 26). Seguindo a tradição construtivista da sociologia da ciência, Rose propõe pensar a expansão dessa concepção molecular de vida como a aparição de um “novo estilo de pensamento” (cf. Fleck, 1977), definido como “uma forma particular de pensar, ver e agir” que, por isso mesmo, transforma os contextos sobre os quais incide (p. 26).

Antes de mais nada, vale a pena notar que a noção de “estilo de pensamento” que Rose retoma de Ludwick Fleck é um dos grandes acertos do livro. Ela permite ao autor incorporar os ganhos analíticos da sociologia

construtivista da ciência – que procura mostrar como os conceitos científicos “constroem” o mundo com base na definição de um corpo de questões e de um conjunto de dispositivos sociotécnicos associados – sem que isso implique aceitar os excessos, por vezes inconsistentes, das versões mais radicais do construtivismo ligado ao “programa forte” e suas variações, em especial a chamada teoria do ator-rede (ATN). Como o próprio Rose reconhece, em entrevista de 2010, ele e seu grupo de pesquisa optaram deliberadamente por mobilizar uma “versão *light*” do construtivismo (cf. Rose, 2010, p. 308), o que reforça a percepção de alguns sociólogos da ciência de que o potencial crítico da versão mais radical do “programa forte de sociologia da ciência” enfrenta atualmente certo esgotamento (cf. Gingras, 1995 e 2000; Shinn e Ragouet, 2008).

Pensar a concepção molecular da vida, da maneira implícita que está na biomedicina contemporânea, como um estilo de pensamento significa, portanto, analisar como ela “modela e estabelece o próprio objeto de explanação, a série de problemas, temas, fenômenos que uma explanação está tentando explicitar” (p. 27). Mas, além disso, implica considerar, seguindo as indicações de Fleck, “que cada estilo de pensamento tem seu próprio pensamento coletivo”, promovido por “popularizadores, escritores de ciência e jornalistas [que], muitas vezes desacreditados pelos próprios pesquisadores, desempenham um papel tradutor e mediador vital na formação de associações [...] das quais a expertise depende” (p. 49).

É justamente esse “pensamento coletivo” que Rose poderia ter explorado melhor ao longo da obra em questão, uma vez que, como desdobramento social da visão propriamente acadêmica, ele opera como uma mediação entre a teoria científica propriamente dita e as formas sociais de poder e subjetividade a ela associadas. Mais do que isso, é a difusão desse pensamento coletivo que explica por que – depois de romper academicamente com a concepção biológica do comportamento humano nos anos de 1960, quando a própria teoria social crítica operava culturalmente como um pensamento coletivo capaz de influenciar trajetórias para além do

seu campo especializado de atuação – o autor foi obrigado a voltar, cinquenta anos depois, ao problema da concepção biológica e biologizante da vida. Como ele mesmo desenvolve em outros trabalhos, é a emergência de uma “cultura biológica” que está em jogo, e isso não pode ser interpretado como simples desdobramento do pensamento científico, nem permanecer imune à crítica social (cf. Rose, 2000). Se essa visão específica do ser humano – pensado como um ser eminentemente biológico – está se difundindo socialmente a ponto de influenciar novas formas de poder e de subjetividade, certamente a teoria social crítica precisa olhar para ela com cuidado, interrogando, inclusive, quais os efeitos desse estilo de pensamento sobre a própria análise social. Ao optar por uma abordagem puramente descritiva, Rose acaba obliterando essas questões e, em certo sentido, naturalizando o processo social de difusão desse “pensamento coletivo”, visto não mais como uma teoria cientificamente orientada, mas como uma visão de mundo em sentido amplo. Ao contornar essa questão, o autor perde a oportunidade de interrogar, reflexivamente, qual o efeito da expansão desse novo estilo – biológico – de pensamento sobre as ciências sociais, em geral, e sobre a própria obra, em particular.

Apesar disso, a leitura do livro de Nikolas Rose é obrigatória tanto para aqueles interessados em refletir sobre os dilemas postos pelo avanço da ciência e da técnica nas sociedades contemporâneas quanto para aqueles que, além disso, se preocupam com o potencial crítico e analítico das ciências sociais nesse contexto de profunda mudança.

## Notas

1. Sobre a edição brasileira, acho importante notar que, além de o livro apresentar alguns problemas de tradução, o atraso da edição – que saiu quase seis anos depois do lançamento do original – torna-a um pouco problemática, sobretudo considerando que a área do livro – desenvolvimento científico e tecnológico – se caracteriza por uma intensa e rápida transformação do mundo. Esse problema mostra-se mais grave aos leitores mais especializados, que acompanham de perto a produção sociológica sobre ciência e tecnologia e para os quais o livro já não representa propriamente um “lançamento”.

2. Para saber mais sobre Nikolas Rose, é possível acessar o *site* nikolasrose.com, que traz uma síntese de todo o seu trabalho, o que permite compreendê-lo em perspectiva.

3. Nikolas Rose ocupa a cátedra James Martin White da London School of Economics and Political Science (LSE).

4. Segundo Rose (2010), apesar de todo o potencial analítico inerente aos estudos da governamentalidade, esse é um campo que vem passando, desde o fim dos anos de 1990, por uma espécie de rotinização que, por tornar o campo um tanto estéril, fez com que o autor procurasse explorar “novos sítios empíricos”, levando-o ao estudo das “formas emergentes de vida”.

5. A expressão “sociedades liberais avançadas” é uma constante no livro de Rose e constitui um dos pontos centrais do seu argumento. Em suma, ele assim denomina aqueles sistemas sociais em que o Estado teria perdido poder sobre a definição da vida dos indivíduos, que passam a assumir um papel cada vez mais importante na organização da sociedade e das formas de biopolítica. Nos raros momentos em que o autor nomeia essas sociedades, sabemos que se trata dos países europeus, dos Estados Unidos e da Austrália (cf. Rose, 2013, p. 16), o que de início coloca desafios para a universalização dos seus achados de pesquisa, inclusive para o contexto brasileiro.

6. O quarto capítulo, “Sob risco genético”, foi escrito em coautoria com Carlos Novas e publicado originalmente em 2000. O quinto, “Cidadãos biológicos”, também é uma versão modificada de artigo publicado com Novas em 2004. O sexto, “Raça na era da medicina genômica”, foi escrito originalmente para seminários de pesquisa da Universidade de Cambridge e da Universidade de Yale. O sétimo, “Si-mesmos neuroquímicos”, é síntese de vários trabalhos publicados por Rose entre 2001 e 2005. Por fim, o oitavo e último capítulo, “A biologia do controle”, também é uma versão revisada de artigo publicado originalmente em 2000.

7. É importante notar que embora este seja um dado mundial, as estatísticas sobre os gastos com biotecnologia no Brasil não seguem padrão muito distinto. De acordo com dados apresentados recentemente por Freire, Goldgher e Callil (2014, p. 81), apenas 8,9% dos projetos de biotecnologia em saúde humana desenvolvidos no país eram direcionados para as chamadas “doenças negligenciadas”, que, no mundo, também recebem em torno de 10% do investimento.

## Referências Bibliográficas

- CALLIL, Victor; FREIRE, Carlos & GOLGHER, Denise. (2014), “Biotecnologia em saúde humana no Brasil: produção científica e pesquisa e desenvolvimento”. *Novos Estudos*, 98: 69-93.
- FLECK, Ludwik. (1977), *Genesis and development of a scientific fact*. Chicago, Chicago University Press.
- FUKUYAMA, Francis. (2002), *Our posthuman future: consequences if biotechnology revolution*. Londres, Profile.

- GINGRAS, Yves. (1995), "Un air de radicalisme". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 108: 3-18.
- \_\_\_\_\_. (2000), "Pourquoi le 'programme fort' est-il incompris?". *Cahiers Internationaux de Sociologie*, 59: 235-255.
- HABERMAS, Jürgen. (2003), *The future of human nature*. Cambridge, Polity.
- KASS, Leon. (2002), *Life, liberty and the defense of dignity: the challenge for bioethics*. São Francisco, CA, Encounter Books.
- RAGOUET, Paschoal & SHINN, Terry. (2008), *Controvérsias sobre a ciência: por uma sociologia transversalista da atividade científica*. São Paulo, Scientiae Studia/ Editora 34.
- ROSE, Nikolas. (1989), *Governing the soul: the shaping of the private self*. Londres, Routledge.
- \_\_\_\_\_. (2000), "The biology of culpability: pathological identity and crime control in a biological culture". *Theoretical Criminology*, 4 (1): 5-43.
- \_\_\_\_\_. (2010), "Cérebro, *self*e sociedade: uma conversa com Nikolas Rose". *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 20 (1): 301-324.
- \_\_\_\_\_. (2013), *A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI*. São Paulo, Paulus.
- \_\_\_\_\_. & NOVAS, Carlos. (2000), "Genetic risk and the birth of somatic individual". *Economy and Society*, 29 (4): 485-513.
- \_\_\_\_\_. (2004), "Biological Citizenship". In: ONG, Aihwa & COLLIER, Stephen. *Blackwell Companion to global anthropology*. Oxford, Blackwell.
- ROSE, Nikolas; O'MALLEY, Pat & VALVERDE, Mariana. (2006), "Governmentality". *Annual Review of Law and Social Science*, 2: 83-104.